

O novo apoio dos EUA aos devedores

Nos próximos dias, o embaixador dos EUA vai revelar as medidas que seu governo estuda para ajudar os países devedores da América Latina.

DÍVIDA

**Pastore prevê
"tempos de briga"
com os credores**

A. M. Pimenta Neves, de Nova York.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, declarou ontem à noite a este jornal, momentos antes de retornar ao Brasil em companhia do ministro Ernane Galvães, que está prevendo "tempos difíceis e brigas" com os bancos em torno do prazo, da carência e da taxa de risco do pacote plurianual que o Brasil começa a negociar com os seus credores privados. Mas, disse Pastore, a perspectiva de que o País tenha êxito nessas negociações é boa.

O presidente do Banco Central afirmou que percebeu boa disposição dos membros do Comitê de Bancos, com os quais se reuniu das 10 às 15h30 de ontem no Centro Citicorp, em Nova York. Mas antes de o País definir sua proposta de rescalonamento plurianual aos bancos, disse Pastore, terá de acertar as metas preliminares de 1985 com o Fundo Monetário Internacional. Pastore acha que isso será possível no início de dezembro. Thomas Reichman, chefe da missão do FMI, partirá para o Brasil amanhã, devendo permanecer até segunda-feira no Rio de Janeiro a fim de coletar alguns dados, e na terça estará em Brasília.

Apenas começamos a discussão — afirmou Pastore. Ao Comitê dos Bancos disse ter explicado como pretende conduzir as negociações. "Não se espera que concluam cedo. Mas em dezembro já deveremos ter fixado as condições do acordo com os bancos."

Os problemas

O vice-presidente do Citibank, William Rhodes, presidente do Comitê, disse a jornalistas após o final da reunião com Pastore que os bancos vêem muito favoravelmente a hipótese de conceder rescalonamento plurianual ao País. Mas aguardarão a proposta formal de Pastore, que, supostamente, deveria ter sido entregue ontem.

O fato de que não foi confirmada pelo governo e seus credores ainda têm muitos problemas a resolver. Três banqueiros disseram a este jornal, ontem à noite, que os bancos desejam aguardar os resultados da missão do Fundo Monetário Internacional, cujos membros já começaram a chegar ao Brasil. Os bancos querem saber qual será o programa preliminar do FMI para 1985, último ano do acordo da instituição com o Brasil. "Isso está amarrando tudo", disse uma dessas fontes.

Prazos

Há um aspecto nas negociações iniciais da fase-3 que preocupa particularmente os bancos brasileiros que entram no projeto-2 (rescalonamento) desde o seu início. Segundo dois banqueiros, um do Brasil e outro dos Estados Unidos, é o projeto-4 (depósitos interbancários de curto prazo) que permite aos bancos brasileiros obter recursos

para sustentar suas obrigações no projeto-2.

No pacote plurianual em estudo prevê-se a extensão, para 14 anos aproximadamente, dos prazos de pagamento das amortizações previstas para os próximos cinco ou seis anos. Do ponto de vista dos bancos brasileiros, isso só poderia ser feito se o projeto-4 (depósitos interbancários) também fosse garantido por 14 anos, digamos. Ora, os depósitos interbancários são de curto prazo por natureza. Conseguir sua manutenção por um ano já foi extremamente difícil.

Os banqueiros britânicos acham que a inovação representou um perigoso precedente que distorce o mercado do eurodólar, e não veriam com bons olhos a ideia de estender esses depósitos por prazo tão longo. Sem eles, os bancos brasileiros não poderiam financiar sua participação no projeto-2 (rescalonamento dos empréstimos), em vigor desde 1983.

Uma solução — comentou um banqueiro ontem — seria retirar os bancos brasileiros do projeto de rescalonamento na fase-3. Mas há problemas porque são grandes credores do Brasil, disse. O Banco do Brasil, lembrou, é o maior credor do País, maior do que o próprio Citibank.

Outro problema é que alguns desses bancos brasileiros pagam altas taxas de risco, acima das taxas básicas, para atrair depositantes. Se tivessem de garantir taxas de risco muito mais baixas para os tomadores brasileiros via Banco Central, iriam à falência, segundo queixou-se ontem alto funcionário de um banco brasileiro em Nova York.

Juros

Como se sabe, o Brasil tentará obter dos bancos uma taxa de risco menor, semelhante ou próxima à obtida pelo México nas suas últimas negociações (1,125%). Acontece que o Brasil já vem pagando há muito tempo taxas de risco superiores às do México, e o corte a ser solicitado por Pastore, segundo tudo indica, seria considerado um pouco "amargo" pelos bancos. Uma fonte brasileira confia na intervenção do Tesouro norte-americano, da Reserva Federal e do FMI, para que os bancos internacionais cedam nessa questão. Mas alguns banqueiros encaram com ceticismo a possibilidade disso ocorrer.

William Rhodes, na nota emitida após a reunião de grupo de banqueiros com Pastore, foi um pouco menos lacônico do que de hábito. Mas sua nota nada continha de novidade, além de revelar que os pormenores da proposta brasileira ficariam para dezembro.

Diz a nota que, segundo Pastore, o Brasil crescerá pelo menos 3% este ano, que o seu superávit comercial ultrapassará a casa dos US\$ 12,5 bilhões.

O banco Chase defende uma solução política para a dívida

Diretores do banco, reunidos em Paris (entre eles, Henry Kissinger), temem problemas políticos e sociais nos países endividados.



A solução do problema da dívida dos países em desenvolvimento só poderá ser encontrada através de uma efetiva solidariedade ocidental. Tal reivindicação, feita por um ministro de Finanças europeu, ou por certos economistas norte-americanos, ou ainda por portavozes anônimos dos bancos comerciais e até mesmo pelo presidente do Banco Mundial, não constitui nenhuma surpresa, pois essas áreas já se têm manifestado pela necessidade de uma solução política para o problema da dívida. Tal afirmação seria apenas a repetição do que já vem sendo dito há algum tempo.

Mas, desta vez, a declaração ganha importância, pois essa posição passou a ser defendida oficialmente e publicamente por três dos principais dirigentes de um importante banco comercial dos Estados Unidos, nada menos do que o Chase Manhattan Bank: David Rockefeller, presidente do Comitê Internacional Consultivo do Chase; Henry Kissinger, membro desse comitê e conselheiro do Chase; e pelo próprio Willard Butcher, presidente do banco desde 1981.

Os três, em entrevista concedida na última quarta-feira em Paris, não titubearam em exigir uma ação coordenada dos grandes países ocidentais para tentar resolver os problemas dos países mais endividados: "O FMI desenvolveu um combate heróico para impedir a falência de grandes países da América Latina, tais como México e Brasil, e os bancos privados internacionais jogaram admiravelmente o jogo do rescalonamento das dívidas. Mas, não é mais possível para eles ir mais além. É necessária uma ação coordenada dos grandes países ocidentais para resolver os problemas desses países, no momento em que seus governos lutam por sua sobrevivência. E essa ação deve ser urgente antes que possam ocorrer acidentes e revoltas populares graves".

Pela primeira vez, banqueiros privados internacionais vêm a público para expor a necessidade de uma ação coordenada do mundo ocidental, temendo consequências sérias nas áreas política e social dos países endividados. Até agora, essa reivindicação de alguns ministros de Finanças europeus, entre eles Jacques Delors, enquanto ocupou o Ministério da Economia da França, e mesmo de renomados economistas norte-americanos, não parecia encontrar ressonância junto a essas áreas.

Mais recentemente, é verdade, o próprio Henry Kissinger se aventurou timidamente nesse caminho. Agora, os meios financeiros europeus, tendo em vista a autoridade intelectual e financeira desse trio, interpretam suas declarações como

um sinal de que se poderá efetivamente caminhar nessa direção.

Encerrada a fase eleitoral nos Estados Unidos, tudo leva a crer que se estuda uma mudança de rumo na área financeira norte-americana e os próprios meios financeiros desse país já admitem que os Estados Unidos devam assumir suas responsabilidades por inteiro, desde que seus aliados da Europa Ocidental assumam também sua parte.

O próprio presidente do Chase Manhattan Bank, Willard Butcher, definiu essas responsabilidades mais urgentes que não diferem muito dos discursos do economista Jacques Delors, futuro presidente da Comissão Europeia.

Antes de mais nada é preciso reduzir o déficit orçamentário norte-americano num prazo relativamente curto, seis meses: aumento da carga fiscal, concebida de tal forma que ela não desencoraje a poupança e o investimento. Isso fatalmente provocará uma redução das taxas de juros e terá consequências sobre o dólar, que deverá estabilizar-se a um nível menos elevado. Isso repercutirá também sobre o déficit comercial.

Outra advertência do trio do Chase diz respeito ao dólar: uma queda forte e rápida teria efeitos negativos para os outros países ocidentais, tornando mais difíceis suas exportações para os Estados Unidos, sem diminuir o fluxo de capitais para esse país.

Dívida e desenvolvimento

Em relação à dívida dos países em desenvolvimento, Henry Kissinger afirmou que será essencial reconhecer que o endividamento de certo número de países se deveu apenas ao desejo de desenvolvimento, deixando de lado outras considerações como má administração, corrupção, má determinação de prioridades, como se constatou em alguns países. Ele explica:

"Talvez não fosse necessária a construção de todas as inúmeras e enormes barragens no Brasil. Mas, elas lá se encontram e funcionam."

David Rockefeller, entretanto, deixou claro o tipo de modelo econômico que espera para esses países quando chegar a hora da retomada econômica. Ele cita como exemplo a ser seguido o dos países da margem ocidental do Pacífico, aumentando o espaço da iniciativa privada, facilitando os investimentos das empresas multinacionais e lutando contra o protecionismo. Esse talvez seja o preço para o consenso indispensável que permitirá essa ação coordenada dos países ocidentais em direção às nações endividadas, como pregou o trio do Chase Manhattan Bank na última quarta-feira em Paris.

Numa atitude que, para muitos observadores, pode ser considerada uma posição mais flexível, o governo dos EUA deve apresentar em breve alternativas para a solução do problema da dívida externa dos países latino-americanos, que já é hoje de US\$ 350 bilhões. A revelação foi feita ontem pelo embaixador dos EUA no Brasil, Diego Asencio, que no entanto preferiu só revelar dentro de dois ou três dias as três hipóteses que estão sendo examinadas em Washington. Só antecipou que essas três alternativas (uma delas seria sugerida aos devedores) se relacionam a comércio, investimento e novos empréstimos de instituições estatais ou privadas.

Os 11 países signatários do Consenso de Cartagena, reunidos em Brasília em foro paralelo à assembleia-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), continuam assinalando a necessidade de um diálogo e negociação política em torno do endividamento externo. Ontem foi a vez do chanceler do Peru, Luis Petrovich, salientar a proposta latino-americana e rechazar a argumentação norte-americana, de que a dívida é um problema eminentemente econômico.

A dívida latino-americana não é mais um problema econômico — assinalou —, na medida em que não estamos podendo pagá-la. Trata-se, a partir daí, de um problema político, e por isso continuamos insistindo na necessidade de diálogo direto, para evitarmos confrontação.

Para o chanceler peruano, a reunião com o secretário de Estado norte-americano, George Shultz,

estimulou os devedores a convidar países credores para a reunião, que poderá realizar-se após o dia 8 de fevereiro, em São Domingos, República Dominicana.

O embaixador Diego Asencio confirma que Shultz deu esperança aos países latino-americanos, mas evitou comentar se os Estados Unidos concordariam em participar da reunião em São Domingos. "Realmente, não tenho nenhuma informação sobre isso", confessou o embaixador. Porém, a disposição norte-americana, embora seja ainda de que o assunto seja tratado no âmbito do FMI, já parece mais flexível.

O chanceler da Venezuela, Morales Paul, mencionou que o pagamento do serviço da dívida externa dos latino-americanos, este ano, deve alcançar US\$ 30 bilhões. Observou que a dívida externa está passando duramente sobre os países em desenvolvimento e contribuiu para que eles insistam na necessidade de diálogo, para a obtenção de melhores condições de refinanciamento.

Por sua vez, o chanceler boliviano Gustavo Fernandez Saavedra destacou os efeitos negativos para o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, causados pelo endividamento. Outro problema que os chanceleres mencionam com ênfase é a queda nos preços dos produtos primários exportados para os mercados industrializados.

O peruano Luis Petrovich mencionou que os preços de produtos minerais, por exemplo, este ano tiveram a mais baixa cotação dos últimos cem anos.

Liberalização do comércio, uma solução para a dívida?

Foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos da Organização dos Estados Americanos (OEA) a proposta do Brasil no sentido de os governos latino-americanos buscarem nos organismos internacionais de crédito e financiamento — FMI, Bird, Bid — a adoção de medidas tendentes a liberar recursos adicionais para o Hemisfério, de forma a aliviar o peso da dívida que afeta os países da América Latina e do Caribe.

Outra proposta apresentada por Brasil, Costa Rica, México e Venezuela, aprovada pela manhã, manifesta preocupação com modificações introduzidas na legislação norte-americana sobre direitos compensatórios. Para esses países, a mudança reforça o caráter protecionista da lei.

Por isso, os países latino-americanos, dentro da estratégia de vincular a necessidade de liberalização do comércio a uma solução para a crise do endividamento, deverão promover uma conferência interamericana sobre relações comerciais no próximo ano. Mas existe uma divergência: os EUA só aceitam a convocação da conferência com agenda ampla e que enfoque, até mesmo, a necessidade de uma nova rodada multilateral nas regras do comércio. O Brasil, porém, considera que um dos objetivos principais da conferência deve ser justamente uma maior abertura do mercado dos EUA às exportações latino-americanas.

Investimentos

No período vespertino, a Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA continuou examinando proposta da delegação dos

Estados Unidos, relacionada a investimento privado direto e indireto na América Latina e nas Caraíbas. Os EUA entendem ser fundamental a adoção de medidas no sentido de atrair recursos para a região, a fim de diminuir o ônus do endividamento dos países em desenvolvimento.

Reiteram que o comércio, os investimentos, a assistência externa e os empréstimos, tanto privados como oficiais, têm desempenhado um papel vital e decisivo no desenvolvimento econômico moderno dos estados-membro da OEA.

Para os norte-americanos, o investimento externo privado, tanto direto como indireto, pode desenvolver os recursos humanos mediante treinamento e educação, proporcionar acesso a tecnologia e vínculos com mercados de exportação internacionais, assim como aumentar o know-how nacional simultaneamente com a geração de investimento doméstico associado às indústrias.

Assinala ainda que negociações adequadamente concebidas e orientadas para o lucro são um estímulo à atividade econômica dos países da região, no sentido sobretudo de aumentar, mediante uso de tecnologias intermediárias inovadoras, as oportunidades de emprego, e a produtividade e a exportação de produtos não tradicionais.

Nesse sentido, os EUA insistem na necessidade de convocação de uma reunião técnica para estudar o fortalecimento do investimento privado, tanto direto quanto indireto, na América Latina e no Caribe, especialmente em indústrias orientadas para a exportação.

Como os países do Cone Sul devem tratar a dívida

Renegociação da dívida em bases políticas, de governo para governo, e maior racionalização da produção. São essas as propostas básicas que deverão fazer parte do documento final a ser subscrito pelos 500 participantes da XII Jornada de Contabilidade, Economia e Administração do Cone Sul, que está sendo realizada em Porto Alegre.

Esse documento será enviado, como sugestão, aos governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, com propostas para que esses países pressionem os governos dos credores a assumirem a dívida e renegociá-la em condições mais favoráveis. Os participantes da Jornada acham que, até agora, a questão da dívida vem sendo tratada visando mais o atendimento de interesses de grupos econômicos ligados aos credores do que os interesses das nações envolvidas.

Aproximadamente 300 brasilei-

ros e 200 representantes estrangeiros estão debatendo no encontro, promovido pela Associação Interamericana de Contabilidade. O presidente da entidade, Olívio Koliver, diz que a única solução para a dívida latino-americana é de caráter "nacionalista".

Os participantes da Jornada vão propor ainda uma racionalização da produção dos países do Cone Sul e uma intensificação de suas relações comerciais, como forma de reduzir a dependência em relação aos países industrializados. Koliver lembrou, por exemplo, que não faz sentido o Brasil importar trigo do Canadá quando a Argentina tem excedentes desse produto. Outro exemplo: o Brasil gasta muito no beneficiamento de seu cobre, que tem altos índices de impurezas, quando o Chile poderia fornecer esse metal a preços inferiores. Além do que poderia importar carne bovina brasileira em troca do cobre.

Dívida argentina: comitê assessor reunido.

O comitê de 11 bancos que assessoram a Argentina na renegociação de sua dívida externa realizará hoje uma reunião em Nova York e, na semana que vem, estará reunido com altos representantes argentinos, segundo informaram fontes bancárias. Acrescentaram que o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, e o presidente do Banco Central argentino, Enrique García Vazquez, participarão da reunião da próxima semana.

Grinspun estava ontem em Washington para avistar-se com o diretor-gerente do Fundo Monetário

Internacional, Jacques de Larosière.

A questão da dívida externa argentina — cerca de US\$ 44 bilhões — é discutida atualmente com o FMI em Washington e os bancos comerciais internacionais em Nova York. O FMI insiste em que o governo argentino entre em acordo com os bancos, enquanto estes reafirmam que ele faça o mesmo com o Fundo. Contudo, embora a questão pareça estar estancada nesse dilema, há indícios de que se busca uma pronta saída do ponto morto.